

Sumário

Introdução: Uma pequena explicação	11
1 PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO:	
PRÁTICAS SOCIAIS CONCRETAS.....	13
Estigma.....	13
O preconceito na escola	19
História das punições e das práticas de controle	24
Relações sociais.....	30
2 A INVISIBILIDADE DO HOMOSSEXUAL.....	46
História da homossexualidade.....	46
O controle do sexo.....	51
Homofobia	63
Jovens homossexuais.....	73
O movimento homossexual e a formação da identidade <i>gay</i> /lésbica	90
3 O CURRÍCULO ACOMODADO (?).....	98
A escola como formadora de cidadãos.....	98
Corpos docilizados	114
Um currículo <i>queer</i> /desoprimindo o oprimido.....	122
4 LITERATURA SERVE PARA QUÊ?.....	134
Conteúdo e forma.....	134
Literatura e ideologia	149
A literatura como educadora	162
Questionando o cânone.....	170
Literatura homossexual e/ou literatura <i>gay</i>	176

5	LITERATURA INFANTO-JUVENIL.....	193
	História da literatura para crianças	193
	A criança na sociedade	200
	Os clássicos e os contos de fadas	206
	Os clássicos	206
	Os contos de fadas.....	209
	Ilustração	213
	Transmissão de valores.....	220
6	AÇÕES INCLUSIVAS.....	246
	Pelo mundo	246
	No Brasil.....	249
	MAIS UMAS PALAVRAS.....	255
	REFERÊNCIAS	257
	Bibliografia.....	257
	Filmografia.....	271
	CADERNO DE ATIVIDADES.....	273

Introdução: Uma pequena explicação

Eu estava absolutamente certa e segura a respeito da pesquisa que fazia sobre literatura lésbica quando fui trabalhar em uma instituição de ensino com mais de mil estudantes do primeiro ano do ensino fundamental ao terceiro ano do ensino médio.

Quando comecei a pensar seriamente em mudar o tema de minha pesquisa (para preocupação do meu orientador), achei que essa vontade era consequência de estar me sentindo impregnada pelas questões que envolviam as crianças e os adolescentes da instituição onde trabalhava. Mas não foi apenas por isso. A questão é muito mais pessoal. Penso que a percepção das dificuldades de relacionamento que crianças e jovens enfrentam em sua vida escolar me afetam diretamente por eu ter um filho adolescente.

Os dois fatores tiveram um peso muito grande na minha decisão. Percebi, tanto por observar, de dentro, a estrutura escolar quanto por ver com olhos de mãe, que algo muito errado acontece nas escolas e que, pior ainda, elas apenas refletem os sérios problemas de intolerância da nossa sociedade.

Isso não é novidade. Eu estou com 44 anos e na minha época de estudante de ensino fundamental (antigos primário e ginásio) não era muito diferente. Tenho péssimas recordações de minha vida escolar por ter estudado em uma escola de comunidade. O meu problema era que na minha escola a esmagadora maioria era de crianças que moravam no

Morro da Coroa, que ficava próximo à minha casa. Eu e minha irmã éramos muito discriminadas porque não morávamos na comunidade. Éramos duas meninas louras, que moravam no “asfalto”.

Quando cheguei ao antigo primeiro ano do ensino ginasial, fiquei esperançosa, pois viriam à minha escola as crianças que estudavam em outra escola municipal, que oferecia apenas o “primário”. Mas isso não adiantou nada, pois os que chegaram me discriminavam por eu sempre ter estudado em escola de comunidade. Moral da história: passei a infância e parte da adolescência sem amigos na escola, sem saber exatamente qual era o pecado maior: ter estudado em escola de comunidade ou não morar na comunidade.

Essas lembranças, nada agradáveis, juntaram-se aos outros fatores que me induziam a mudar o tema da minha tese.

No ano de 2004, fiz uma palestra no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) de São Paulo sobre pornografia e erotismo, alta literatura e baixa literatura. A palestra tinha como público-alvo professores da rede pública de ensino de São Paulo. No final, falei sobre os livros lidos nas escolas e alguns professores me pediram indicações bibliográficas, pois afirmaram desconhecer livros para crianças e adolescentes que tratassem da questão do homoerotismo.

Finalmente, fui convidada para escrever um artigo sobre literatura infanto-juvenil para uma publicação do Ministério da Cultura. As leituras que fiz para escrever tal artigo e as falas dos professores de São Paulo me convenceram de vez da importância de surgirem trabalhos que abordem textos literários lidos por crianças e adolescentes, bem como da capacidade que esses textos têm de formar leitores críticos, que formulem pensamentos próprios, em vez de apenas digerirem os pensamentos regurgitados por seus educadores.

Nesta obra, pretendo estudar a fundo o processo de manipulação política contido na manutenção de velhos e ultrapassados currículos escolares, bem como investigar até que ponto os textos literários trabalhados pelos educadores nas salas de aula podem contribuir para a formação de “estudantes pensantes”.

Preconceito e discriminação: práticas sociais concretas

NÃO HÁ NECESSIDADE DE GRELHAS.

O INFERNO SÃO OS OUTROS.

SARTRE

Estigma

Os gregos criaram o termo *estigma* para se referir a qualquer tipo de sinal corporal que pudesse demonstrar qualquer coisa má ou diferente, que diminuísse o *status* moral de quem o possuísse. Na verdade, a pessoa não nascia com esse sinal. Ele era feito com instrumentos cortantes ou com fogo, para marcá-la, e o portador de tal marca era considerado como “um escravo, um criminoso ou traidor – uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada, especialmente em lugares públicos” (Goffman, 1975, p. 11).

Atualmente, o termo *estigma* é usado com sentido semelhante ao literal. Contudo, ele se refere mais à desgraça em si do que à marca corporal. Além disso, a percepção do que é considerado como desgraça sofreu modificações consideráveis.

Segundo Goffman (*op. cit.*), nos tempos modernos, podemos nos referir a três tipos de estigma: as marcas do corpo (as várias deformidades físicas); as culpas de caráter individual (entre elas a desonestidade e paixões não naturais), geralmente percebidas por meio de comportamentos problemáticos, como o alcoolismo e a homossexualidade, por exemplo; e os estigmas de raça, nação e religião, transmitidos por meio da linhagem.

É prática da sociedade a categorização dos indivíduos em compartimentos estanques. Dentro de cada categoria, há uma série de caracte-

terísticas comuns e esperadas. Em outras palavras, quando deparamos com determinado sujeito, primeiro identificamos a qual categoria ele pertence, para, então, tentarmos localizar nele os atributos compatíveis com ela.

Ao identificarmos, por exemplo, um sujeito que é juiz de direito, esperamos deste comportamentos condizentes com esta categoria: a de juiz de direito. Ele deve ser sério, cordato, elegante etc. Caso apresente comportamentos diferentes do esperado, ele será imediatamente estigmatizado. Tenho um conhecido que é juiz de direito e surfista. Em ocasiões informais está sempre com bermudão e chinelos. Todos comentam seu modo de ser, mesmo sem a intenção de criticar. Mas, de qualquer forma, ele é marcado, pois quebra as expectativas normativas, usando o termo de Goffman (*op. cit.*, p. 12), em relação ao seu comportamento.

O mesmo acontece quanto aos ambientes sociais. Em cada tipo de ambiente, esperamos encontrar pessoas com “identidades sociais” específicas.

O mais curioso é que nós fazemos essas exigências inconscientemente. Apenas percebemos que as fizemos quando o sujeito com o qual “contracenamos” não nos fornece uma resposta satisfatória para tais expectativas. Com base nessa constatação, passamos a considerar esse sujeito “diferente”, e muitas vezes a diferença faz que ele seja encarado como uma pessoa diminuída, “inferior”.

O termo *estigma* é usado para designar um atributo depreciativo. Mas este não é, em si mesmo, negativo ou positivo. Isso vai depender de uma rede de relações sociais, pois um mesmo atributo pode ser negativo para determinado sujeito e positivo (ou até não constituir uma marca) para outro.

Voltemos ao nosso amigo juiz. Se ele fosse alcoólatra, seria, sem dúvida, considerado irresponsável, o que serviria, inclusive, de motivo para o afastamento do cargo, para tratamento. No entanto, é perfeitamente admissível que um *crooner* de boate seja alcoólatra. Nesse caso, o alcoolismo é encarado de forma complacente e é até esperado, pelo fato de o sujeito trabalhar à noite, em um ambiente onde normalmente as pessoas ingerem bebidas alcoólicas.

Goffman (*op. cit.*) usa os termos *desacreditado* e *desacreditável* para se referir aos estigmatizados. O primeiro é aquele cuja característica distintiva é conhecida ou evidente. Já no caso do segundo, essa característica não é conhecida nem evidente do ponto de vista dos observadores.

No caso dos desacreditáveis, muitas vezes são usados símbolos para evidenciar o estigma. Os nazistas, por exemplo, usaram símbolos específicos para marcar judeus e homossexuais, colocando na roupa dos primeiros uma estrela e na dos últimos um triângulo. Os judeus homossexuais eram duplamente marcados nos campos de concentração.

Da mesma maneira que os comportamentos, os símbolos, dependendo das relações sociais, podem ter significados positivos ou negativos.

Por exemplo, as ombreiras que os funcionários da prisão exigem que os presidiários [...] que tendem a fugir usem podem ter um significado, em geral negativo, para os guardas e, ao mesmo tempo, ser para o portador um sinal de orgulho frente a seus companheiros de prisão.

(Goffman, *op. cit.*, p. 56)

Na maior parte dos casos, no entanto, o traço distintivo, se evidente, pode afastar as outras pessoas, e acabar com qualquer possibilidade de relacionamento com elas, privando o sujeito estigmatizado da oportunidade de mostrar outros atributos que seriam considerados positivos e, de certa maneira, poderiam “redimi-lo” diante da sociedade.

Muitas pessoas acreditam que o estigmatizado é inferior. Partindo dessa premissa, a sociedade discrimina o sujeito, e torna sua vida muito difícil. Para justificar a atitude nada “caridosa”, ela cria várias teorias, que constituem a “teoria do estigma” (Riesman *apud* Goffman, *op. cit.*, p. 15) para explicar a inferioridade do estigmatizado e dar conta do “perigo” que ele representa.

A sociedade se utiliza de termos específicos, como “retardado”, “aleijado”, “bastardo”, “veado”, de maneira pejorativa, inconsequentemente, no dia a dia, sem refletir sobre o seu significado original e, o que é mais grave, sem perceber até que ponto as pessoas já estigmatizadas podem se sentir mais prejudicadas emocionalmente diante de tais denominações.